

PERCEPÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL DOS ILHÉUS DE PORTO RICO - PR

Adriano de Cerqueira Violante¹

Amarildo Jorge da Silva²

RESUMO

No artigo apresenta-se a percepção de alguns ex-moradores das ilhas do rio Paraná que foram atraídos para o Estado do Paraná na década de 1960 em função da riqueza de suas terras, todavia a posteriori foram atirados para as ilhas quando a agricultura foi substituída pela pecuária. E, na seqüência o poder público, verificando que as áreas insulares eram importantes ecologicamente devido à grande biodiversidade, impôs que os moradores deixassem as ilhas, local em que muitos nasceram e que passaram dezenas de anos. Nota-se um profundo amor pelo local, conhecido como topofilia, aliado a uma nostalgia a respeito do passado, onde parecia haver mais facilidades e o peixe e as culturas agrícolas eram abundantes.

Palavras-Chave: Percepção, Exclusão social, Populações tradicionais, Topofilia, Educação Ambiental.

ABSTRACT

This paper show the perception of some inhabitants of the islands of the Parana river that be attracted to Parana's State in the 1960's decade, for the land's richness, but was shot to the islands when the agriculture was substituted for the cattle. Later, the public power, checked that the islands areas was ecologically important for the strong biodiversity, put that the inhabitants they left the islands, place that many had been born and they had passed many years. Noticed a deeply feelings for the place, known as topofilia, linked a one missing for the past, where has been more facilities and the fish and the agriculture was abundant.

¹ Graduado em Oceanologia. Especialista em Gestão da Informação para a Indústria. Mestre e Doutor em Ciências Ambientais. Pesquisador do Grupo de Estudos em Organização Social (GEOS) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Foz do Iguacu. E-mail: adviolante@terra.com.br.

² Graduado em Administração. Especialista em Administração Financeira. Mestre e Doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor Adjunto do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da UNIOESTE, campus de Foz do Iguacu. Pesquisador e Líder do GEOS. E-mail: rizomapoiesi@gmail.com.

Key Words: Perception, Social exclusion, Traditional populations, Topofilia, Environment education.

1 INTRODUÇÃO

A conservação de ambientes é um tema de interesse e de consenso geral, exceto para alguns madeireiros, empresários e políticos, quanto mais áreas conservadas houver no Brasil melhor. Com a multiplicidade dos problemas ambientais, a ordem geral é que se deve preservar. Mas a que custo? Sem parecer simplista, Diegues (2000) denuncia o abuso de tomar determinadas áreas para conservação sem levar em conta os habitantes desses locais. Uma cultura pode ser perdida devido ao gerenciamento autoritário de um modelo administrativo que vem de países em que se acredita que o meio natural deve ser o menos tocado possível.

Com a criação da barragem de Itaipu e de Porto Primavera, no rio Paraná, e de Rosana no rio Paranapanema, o ambiente conhecido como Planície de Inundação do Alto Rio Paraná (Figura 1) e seu entorno foi alterado, criando novas áreas de conservação.

A cidade de Porto Rico, PR, situada nas proximidades da planície, passou por um período de prosperidade antes das barragens. Embora pequena, a cidade desfrutava de uma agricultura farta e o pescado, em tamanho e qualidade era constante e abundante.

O objetivo do artigo é analisar e compreender a percepção de um grupo de moradores da cidade de Porto Rico, a maioria ex-ilhéus. Visa também conhecer como o grupo se refere ao entorno da cidade, os signos naturais e sociais, após a implantação das Usinas Hidrelétricas (UHE). Estas modificaram a organização do trabalho dos moradores das ilhas locais e a criação das Áreas de Proteção Ambiental (APA), conforme Figura 1, fez com que os moradores que pescavam, plantavam e criavam animais nas ilhas ficassem praticamente sem a subsistência da qual dependiam há pelo menos quatro décadas.

Agostinho (1998) apontou as alterações sociais, econômicas e culturais na região em função do represamento do rio Paraná que levou à redução de áreas

naturalmente férteis e aráveis com a consequente redução no rendimento agrícola. As alterações da ictiofauna, sobretudo as modificações do regime de vazão e de qualidade da água do rio Paraná, levaram às mudanças bióticas - alteração e eliminação de habitats. As barragens e a eliminação de barreiras naturais como Sete Quedas provocaram o aumento das espécies de peixes sedentárias de pequeno porte e de baixo valor comercial e redução na quantidade de peixes migradores, como o dourado. As barragens acabaram com as cheias naturais que incentivavam a desova dos peixes.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Realizaram-se entrevistas em 2004 e 2005, com trinta moradores e ex-moradores das ilhas, habitantes de Porto Rico, em suas residências ou em ambiente em que se sentiam bem. As entrevistas foram gravadas e duraram em média duas horas. Para a interpretação destas entrevistas usaram-se a literatura consultada e a análise das falas dos entrevistados. Para Lefevre e Lefevre (2005), quando se busca resgatar a percepção de uma comunidade a respeito de um dado tema, por meio de pesquisa social, é necessário considerar que a opinião dos indivíduos que compõem esta coletividade só deve ser vista como um depoimento discursivo. Isto é, uma manifestação lingüística de um posicionamento em torno de um assunto, composto por uma idéia central e de seus respectivos conteúdos e argumentos. O objetivo da pesquisa foi de evitar respostas tipo sim e não e se procurou um discurso mais realístico, embora sabendo que o conjunto das respostas leva a um discurso teórico gerado fora do espaço dos depoimentos.

3 POPULAÇÃO TRADICIONAL E A PLANÍCIE DE INUNDAÇÃO DO ALTO RIO PARANÁ

A história ambiental mais recente de Porto Rico e das ilhas próximas foi marcada pela maior e mais bem sucedida usina hidrelétrica do país - Itaipu. Esta usina funciona como uma barreira natural impedindo a passagem dos peixes, problema este resolvido parcialmente com a construção do canal da piracema em

Juntamente com esta APA, e dentro dela, na mesma data, foi criado o Parque Nacional de Ilha Grande, formado pelo conjunto de ilhas que compõem o arquipélago fluvial de Ilha Grande e por áreas de várzeas marginais ao leito do rio Paraná, constituído para preservar, conservar e melhorar as condições ecológicas da área. Dentro da APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná está o Parque Estadual do Ivinhema - MS, criado com o objetivo de preservar a diversidade biológica, entre outros.

4 MIGRAÇÃO PARA AS ILHAS

Em 1965 houve uma superprodução de café no Brasil, com um conseqüente incentivo pelo governo federal, à redução da produção cafeeira para tentar evitar a queda dos preços internacionais. Devido a isso, na região de Paranaíba e Umuarama – PR foram erradicados mais de 62 milhões de cafeeiros e a terra transformada em pastagens. Como o café demandava muita mão-de-obra e a pecuária a dispensava, na década de 1970, houve uma expulsão de mais de 67.000 habitantes (ROSA, 1997, p. 381).

Os que foram para as ilhas do rio Paraná encontraram uma agricultura altamente produtiva, devido aos nutrientes trazidos pelas cheias do rio Paraná, ocorrendo fartura e, conseqüentemente, estocagem de milho, feijão, arroz entre outros. Esta alta produção proporcionou a criação, com sucesso, de diversos animais, como a galinha e o porco, alimentados com o excesso da colheita.

Como existe uma designação do Ministério Público para que os ilhéus deixem as ilhas, as alternativas que se apresentam para os remanescentes são poucas: o trabalho assalariado permanente em propriedades agrícolas; o trabalho volante, de bóia-fria, os pequenos comércios e alguns serviços ligados ao turismo e à pesca. Entretanto, para Rosa (1997, p. 390),

[...] a pesca como atividade principal não tem proporcionado bons resultados, desestimulando seu exercício. Os poucos que ainda se mantêm na atividade pesqueira, além de terem seus rendimentos diminuídos pela escassez de pescados de valor comercial, ainda enfrentam problemas com a fiscalização do IBAMA e IAP, além da falta de compradores.

A criação das UCs, entretanto, ocorreu com o propósito de estabelecer lugares separados de tudo e de todos do ponto de vista estritamente ecológico. Inspirados por modelos norte-americanos de preservação de áreas verdes, os profissionais que idealizaram as UCs ignoraram os problemas com as populações tradicionais que estavam vivendo nesses locais há cerca de 100 anos. Sabe-se que essas populações têm uma experiência ecológica e cultural com os locais e, de repente, foram desalojados. Muitos problemas sóciojurídico-ambientais persistem ainda hoje.

Diegues (2001) comenta que, segundo a corrente preservacionista norteamericana, a criação de parques foi a única maneira de proteger grandes áreas com belezas cênicas do desenvolvimento urbano-industrial, pois se baseava nas conseqüências do capitalismo sobre as terras ainda não exploradas do oeste selvagem, sendo qualquer intervenção humana vista como aspecto negativo. Mas desconsiderou-se que tribos indígenas e outros povos tradicionais tinham vivido nestes lugares durante milhares de anos, e agora, esse modelo de convivência parecia não mais ser possível para os conservacionistas ortodoxos.

Arruda (2000) apóia a capacidade empreendedora das populações tradicionais e das sociedades indígenas, porque se desenvolveram mediante observação e experimentação, sob um extenso e minucioso conhecimento dos processos naturais. Até hoje são as únicas práticas conhecidas de manejo adaptadas às florestas tropicais, haja vista possuírem um modo de vida tradicionalmente mais harmonioso com o ambiente. Todavia sejam desprezadas e afastadas de qualquer contribuição que possam oferecer à elaboração de políticas públicas regionais. Estas populações são as primeiras a serem atingidas pela destruição do ambiente e as últimas a se beneficiarem das políticas de conservação.

Quando as populações resistem, mesmo dentro da lei, e permanecem no local, suas necessidades de exploração dos recursos naturais inerentes a seu modo de vida e sobrevivência, raramente são reconhecidos. Em vez disso, passa a ocorrer uma criminalização dos atos mais corriqueiros e cotidianos como a caça, a pesca, a utilização de recursos da floresta, a roça, a criação de galinhas, a cata da lenha para cozinhar, a ampliação da casa para o filho que se casou etc., tudo isto é, juridicamente, transformado em crime e seus participantes perseguidos e

penalizados. Ao mesmo tempo, são instados a proteger e respeitar o meio ambiente e encarados como responsáveis (e não o modelo urbano-industrial em expansão) pelo futuro da humanidade, corporificado na preservação da área em questão (ARRUDA, 2000).

Um gerenciamento ambiental pouco utilizado é contar com ajuda das comunidades que vivem dentro ou no entorno das UCs, pois, para essas populações é difícil compreender que suas atividades tradicionais vinculadas à agricultura de subsistência, a pesca e ao extrativismo, sejam consideradas prejudiciais à natureza quando se permite a implantação de hotéis e facilidades turísticas. Ainda mais difícil de entender é que grande parte do orçamento das UCs seja usado para fiscalização e repressão, e muito pouco para melhorar as condições de vida das populações tradicionais que, se organizadas e estimuladas, poderiam contribuir para a conservação.

Todos estes argumentos ou qualquer um deles já seriam suficientes para justificar a criação de parques e reservas. Pode-se argumentar, no entanto, que não existiria razão suficiente para desalojar populações de suas terras.

5 UM CONCEITO DE PERCEPÇÃO

Considerações sobre o ambiente, aprendizado e mudança de comportamento conforme o meio são fatores que caracterizam uma informação. Esta informação vinculada ao ambiente físico, social, econômico e cultural abriga um tipo de conduta decorrente de um modo de vida, sejam urbanos ou rurais que se traduzem em comportamentos e esses se revelam através de uma linguagem que tem como signos usos e hábitos. A forma de perceber o ambiente se reflete nas condutas e é identificado em seus hábitos.

Ferrara (1999) diz que espaço e a informação são interdependentes, não concebendo um espaço que não seja por meio de usos e de hábitos decorrentes do modo de produção que os caracteriza. Assim, não é possível haver informação senão a partir de um estímulo físico, social ou cultural, produzido por diferentes tipos de vida que geram novos aprendizados e diferentes comportamentos.

Este ambiente total e abstrato é pensado como se tratando de um todo ordenado, objetivo e dominado por uma estrutura lógica, portanto, necessária. Para Ferrara (1999, p. 152), “[...] o espaço é pleno, indiscutível, completo, não oferecendo oportunidade para a inteligência, para a dúvida, ou seja, para a pesquisa. Apresenta-se pronto e acabado para um conhecimento que não o elabora, apenas o absorve”. As informações sobre o espaço, o ambiente, estão contidas numa imensa quantidade de dados e de situações que se fazem imperceptíveis porque, ao estudá-lo, aproxima-se do dado teórico, e iludi-se pela aparência abstrata de totalidade. O espaço é o local onde a informação abriga-se, mas sua homogeneidade não permite que ela se revele, haja vista que passa despercebida ao visitante fazendo com que as pesquisas se transformem em informações sobre o ambiente nos quais não se vê o espaço, embora se fale sobre ele.

Os usos e os hábitos constroem as percepções e para cada espectador existem vários tipos de percepção que, no dizer de Tuan (1980) ainda dependerá de sua cultura, idade, sexo entre outros fatores. Estas percepções não são reveladas num relance.

Nesse sentido, Tuan (1980) define topofilia, como um elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. A familiaridade gera afeição ou desprezo, sendo que a consciência do passado, o que permite a familiaridade, é um elemento importante no amor pelo lugar.

De forma semelhante, pode-se situar qual a percepção de um grupo de moradores de Porto Rico que passou e passa pelas mudanças culturais, sociais e econômicas. Procura-se estabelecer como este grupo percebe a dinâmica de seu ambiente (ilhas) e a sua dinâmica social (subsistência).

6 PERCEPÇÃO ACERCA DO RIO E DAS ILHAS DE PORTO RICO

Ao longo das últimas décadas ocorreram diversas alterações ambientais na região de Porto Rico e estas levaram a alterações sociais. Os moradores indicam estas mudanças, pelo menos, parcialmente, por meio de fragmentos das entrevistas sobre a região, quando a conheceram, como a vêem atualmente e como pensam que será o futuro do local.

Como na maioria dos ambientes alterados, o passado evoca boas lembranças, sobretudo para os moradores mais velhos quando a “vida era melhor antigamente, com mais saúde e fartura”. As lembranças dos ilhéus que apontavam a fartura da região: peixes, bananas, café e laranja, bem como galinha, leitão e gado. Esta produção chegava até a cidade desenvolvendo o comércio e mantendo um maior número de moradores. Aliado a isto está um profundo apego a terra, no conhecimento da natureza porque ganham a vida com ela, moldando nesses fortes um sentimento de fusão testemunhado por seus músculos e pelas suas cicatrizes. Para estes entrevistados, o sentimento de amor pelo lugar é difícil de ser expresso verbalmente, por ser o lar, o lócus de reminiscências e o meio de se ganhar a vida.

[...] eu digo a minha ilha porque não tenho terra no seco, era nossa, terra da união, mas nós tínhamos nossos direitos. O que é que era a ilha? A ilha é a benfeitoria que você faz, então você faz uma casa, um chiqueiro, um galinheiro, uma área de terra, cultiva aquela terra para plantar o alimento, o milho, o feijão, o arroz, um pouco de tudo, você planta, né. Então é a sua ilha, seu jeito (Sr. OTÁVIO, 66 anos).

Essa fala evidência o prazer em ter algo seu, feito por suas mãos e poder chamar de seu: “minha ilha”, se referindo ao seu pedaço de chão. Como diz Tuan (1980) o sentimento pelo lugar, por suas lembranças, por considerar ser o seu lar, seu castelo, seu jeito.

[...] os filhos não querem ficar aqui. Criei tudo aqui, mas não querem ficar não. Quem gosta daqui? Ninguém gosta daqui não. Só se for doido! Eu não gosto daqui, detesto isso aqui [...] Na cidade não taria melhor, eu detesto a cidade [esposa], eu queria sair daqui e morar num sítio, numa chácara, não tenho paixão por cidade. Eu gosto de estar criando, tá vendo planta, vendo horta, plantando milho, plantando uma mandioca. Eu gosto de roça. Eu trabalharia o dia inteiro na roça. (Sr. ZÉ MINEIRO, 72 anos).

A fala parece contraditória, mas existe uma coerência na voz do agricultor que quer se manter na terra e na cidade que ele conhece, a forma de vida que os amigos que saíram das ilhas e habitam as vilas rurais na cidade levam, não parece melhor que as condições que ele tem na ilha, ou seja, as condições que os órgãos públicos oferecem não o atraem. Dona Sueli expressa que “[...] são pessoas que foram criadas lá dentro [ilhas], criaram a família lá dentro, então tem um amor aquele pedaço de chão incalculável”.

Novamente Tuan (1980) é lembrado nessa fala em que a consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar.

[...] os fazendeiros grandes compraram os terrenos todos em roda, para onde vai crescer a cidade? Para melhorá Porto Rico tinha que fazer uma fábrica de torneira, de mandioca, que eu vou vender minha mandioca em Monte Castelo, Nova Loanda. Não tem nem uma máquina de café, aqui. Porque Monte Castelo tá crescendo? O ambiente aqui é bom, a saúde é bom, se precisa ele [o prefeito, a prefeitura] manda a gente pra fora, não tem do que reclamar da saúde, mas não tem emprego (SRª. ANA. 58 anos).

O fato de a cidade estar ilhada, cercada por fazendeiros e, aparentemente, não ter para onde crescer é preocupante para alguns moradores, embora a preocupação mais importante seja a falta de empresas que ofereçam empregos à população. Levando em conta esta evidência, o Senhor Otávio comenta “[...] e preservar, quem vai preservar somos nós, que sabemos como é que preserva”.

Esta fala revela, sem modéstia, a sabedoria popular, e deveria ser mais divulgada. Os moradores mantiveram a região, sobreviveram às cheias naturais, às duras condições nas ilhas e à falta de pescado.

Porto Rico é uma cidade pequena, sem violência, com os moradores geralmente se encontrando no final do dia, na barranca, à beira do rio Paraná para conversar, praticamente todos se conhecem.

Para o Sr. Otávio (66 anos) as águas mudaram este sistema de subsistência:

[...] antes das barragens havia muita fartura de alimentos, uma fartura muito grande tinha aqui, todo mundo vivia tranquilo, o pescador pescava, pegava bem peixe, porque tinha peixe, né. Se precisava de um frango tinha, uma leitoa tinha, o que você precisava tinha ali [nas ilhas] e, de repente, essas águas veio subindo e, como a gente já estava acostumado, pois eu já estava a 17 anos na ilha. Quando eu entrei lá tinha outros moradores mais antigos, pois quando saiu, em 1975, Ney Braga construiu lá uma escola, foi na época que mudei pra lá, eu morava aqui [em Porto Rico], pois minha senhora foi dar aula. Naquela época tinha 490 família, que eu fiz o recenseamento, da ponta do Cágado até a ponta da Mutum (Sr. OTÁVIO. 66 anos).

Esses locais eram férteis, pois as enchentes deslocavam os nutrientes e a matéria orgânica que, por sua vez, fertilizavam o solo das ilhas. As novas enchentes artificiais mudaram esse ciclo, rompendo a complementaridade entre populações

tradicionais e natureza. Até mesmo a população da cidade esperava e necessitava da produção dos moradores das ilhas.

A professora Sueli, ex-ilhéu, retrata a sua família neste percurso da história:

[...] era com muita dificuldade, mas todo mundo nessas ilhas tinha roça, tinha bananais, tudo que você imaginasse tinha de plantação, chegava numa ilha dessas, numa casinha de barro e bambu, você entrava num quarto ali e tinha sacaria de feijão, sacaria de arroz, de farinha de mandioca, milho, tudo cheio, até a laranja e a manga. [...] eu fui moradora de ilha, meu pai já morou na ilha, e eu me lembro que nós tínhamos uma fartura muito grande. Eu vim ver necessidade depois que mudamos para cá [cidade], na minha época de criança, porque lá tinha o porco, a galinha, a vaca de leite, na porta, à vontade, verdura. Na minha infância, 6, 7 anos eu não sabia o que era comprar. Lembro que meu pai vinha a Porto Rico comprar açúcar pra por na mamadeira da minha irmã pequena. Assim mesmo era feito o melado da cana de açúcar. (DONA SUELI, 48 anos).

Sr. Toninho (42 anos) que trabalha com travessia e aluguel de barcos também reafirma essa dimensão da produção de alimento local:

[...] a ilha Mutum teve época, eu era molecão, meu pai puxava banana das ilhas, chegou a ter 70, 80 famílias, famílias grandes, com 8, 10 pessoas [em cada família], era uma cidadezinha a ilha Mutum. Então produzia arroz, milho, tudo. Criação de galinha, porco, bananais fechados de banana. Vinha caminhão buscar para doçarias. Tudo saía das ilhas [...] O problema do rio é que os peixes não desovam mais. Nós não temos aumento de peixe, porque não tem água, o rio tá seco, não há enchente. Os peixes que existiam aqui, em abundância, hoje é raro. Eu cheguei a ir em praia, com meu finado pai, dar um lance de arrastão em uma praia e tirar 600, 700 quilo de peixe. Você vir com o bico do barco aterrado. Um lance, que três homens não agüentam arrastar. (Sr. TONINHO, 42 anos).

Estas manifestações ecoam entre os moradores mais antigos de Porto Rico. Ao entrevistador que recorre aos problemas ambientais originados pela implantação das hidrelétricas e pela criação das UCs, fica difícil compreender qual era esta quantidade de alimento, porém é de pensar que as famílias eram numerosas e que dependiam do plantio, colheita e de seu armazenamento por vários meses do ano.

[...] mas fartura sempre teve. Aqui já cansamo de botar 60 sacos de arroz dentro da casa, nós botava 30, 40 [sacos] de feijão, milho. Não vivia comprando, os frangos cantava e virava galo, as franguinhas virava tudo galinha, tinha muito peixe para a gente salgar, tinha muito porco. Criei meus filhos na fartura, eu botava miúdos de molho para ralar para fazer cuscuz, fazer polenta. Na fartura era melhor antes, mas hoje tá mais difícil ainda. Tudo que plantava tinha, mandioca tinha o ano inteiro, abobrinha cê tinha o

ano inteiro. Agora não tem nada, nós véve do salário (Sr. ZÉ MINEIRO, 72 anos).

Ainda sobre a fartura das ilhas, Dona Ana, (ex-ilhéu) relatou que:

[...] nas ilhas era bom antigamente, nós nos criamos em oito, a gente plantava e colhia de tudo, tinha fartura. Agora não pode plantar nada lá. Dinheiro mesmo nós não tinha, mas tinha porco gordo no chiqueiro, lata de porco [banha] que naquele tempo não tinha geladeira, era tudo untado, dentro daquela lata. Tinha fartura. Inclusive tinha uma época que um irmão que fica em “Louveiro”, queimou um quarto maior que este aqui... cheinho de milho, arroz, um monte de coisas que eles plantavam. Os miúdos de porco a gente não comia, jogava tudo no rio (SRª. ANA, 58 anos).

Estes moradores/entrevistados trazem-nos um sentimento de riqueza e de fartura entre os ilhéus. Embora essa prática limitasse a compra de mercadorias no continente, nas ilhas era corrente.

[...] eu tinha uma faixa e fulano outra faixa. Era dividido. Quem tinha mais dava um pedaço pro outro cara que queria trabalhar, ele se mudava com a família e a gente dava um pedaço para ele, [...]. Mas ninguém ficava com o “bucha na rua”, ia morar na ilha, fazia a rocinha dele, três, quatro meses, os outros ajudava, né. Você não tem cimento não tem uma leitoa, um frango. O vizinho dava pra começar, e foi muitas famílias assim, nos alojamos aí (Sr. OTÁVIO, 66 anos). [...] na enchente de 1982, nós num passamo precisão de nada. Eu não vivo de vender peixe só não, o pessoal levava, um levava, outro levava, eu dava o peixe. Eu dava condução pra quem não tinha. Eles iam com nós. Comiam com nós. Dava peixe, dava carne de porco, dava arroz, nós num ficava matando na unha não. Um ajudava o outro aqui na ilha. Nós sempre tinha as coisas, graças a Deus. Aqui tinha muitos vizinhos. Aqui ninguém tinha briga, era um povo muito unido. Era tudo família. Em fevereiro de 2006 vai fazer 50 anos que estou aqui na ilha (Sr. ZÉ MINEIRO, 72 anos).

O antigo ambiente do rio Paraná deixou lembranças na vida dos moradores de Porto Rico, memórias de bons tempos.

[...] o rio era bastante puro, a água era limpa, tanto é que a gente não tinha poço, a maioria tomava água do rio, não tinha o hábito de ferver, de filtrar, nada. (Dona SUELI, 48 anos). [...] e não tinha doença. O filho mais caro que eu tinha não gastamos mil contos. [esposa] – falam que hoje não se pode mais tomar água desse rio e nós nunca fervemos água, e criamos 10 filhos. (Sr. OTÁVIO 66 anos). [...] saúde tinha pra dar e vender. Eu lembro que lá em casa nós fomos criados em oito, e não estudávamos, meu pai, aqueles veio antigo, não deixava a gente estudar. Mas doente a gente não ficava, nem ouvia falar. Muita gente tomava água do rio (SRª ANA, 58 anos).

A percepção de Ana é a de que a saúde está ligada à prática de produção de seus próprios recursos de subsistência e, é claro, aos processos naturais da água e ciclos de plantio. Como disse o Sr. Otávio:

[...] naquele tempo o rio enchia, 15 de outubro nos esperava um reponto, sujava a água, a água ficava igual pasto. Só que era peixe com fartura. Pesquei de profissão por 20 anos. Ali eu plantava arroz, plantava feijão, plantava a roça e à noite, de umas horas em diante, eu ia pro rio pescar (Sr. OTÁVIO, 66 anos).

O conhecimento tradicional do pescador como é realçado pelo Sr. Otávio indica que os peixes desapareceram com a interrupção das cheias.

[...] naquele tempo você chegava nas margens do rio e ficava naquela moita de capim, capim jaraguá. Hoje não vê mais uma moita de guapé beirando o rio que não dá tempo. Começa a querer formar e já vem a água, suspende ela e quando baixa já leva ela embora (Sr. OTÁVIO, 66 anos). [...] de novembro, dezembro, até março o rio enchia, era sagrado, todo ano nós tinha enchente. Aí era a época da desova do peixe, aí o peixe desovava na época certinha. Quando o rio baixava era fartura, muito peixe. Então as lagoas ficava cheia de peixe e todo ano era bom. [...] Só que não existe o que existe hoje. E o que acontecia? O peixe nessa época repontava e enchia as ilhas, enchia o varjão tudo e o peixe desovava. Quando fosse o começo do ano o rio baixava, a água não faltava, o peixe grande saia, o filhote ficava. O ano que vem acontecia o mesmo sistema, o rio enchia, esses filhotes o ano que vem, tava tudo um tamanho mais ou menos, aí saia pro rio. Então todo ano tinha peixinho novo no rio, todo ano. Era pacuzinho, era curimbinha, e não tinha seguro [salário mínimo] como tem hoje. E o culpado é a barragem. Ela travou. O rio não encheu mais por causa dela. E vai raseando o rio, é só areia (Sr. TONINHO, 42 anos). [...] antes era melhor, a gente ia pro rio e pegava bastante peixe, hoje ninguém vai pro rio, num pega nada. (Dona SUELI, 48 anos).

Estas constatações do passado marcam as diferenças com os problemas do presente com o Incra e a fiscalização do IBAMA e IAP, além da polícia florestal:

[...] meu sogro tem um sítio de 10 alqueires e tudo que ele fez dentro daquele sítio foi pra por dentro dessas ilhas. De repente acabou tudo. Meu sogro, as últimas palavras dele, os últimos pensamentos dele no hospital: - O que é que eu fiz da minha vida? O que vou deixar para os meus filhos? O que eu tenho é esta ilha, e agora já nem posso entrar lá dentro. Ele morreu esperando a indenização. O INCRA dessa ilha nossa sai mais caro que os 10 alqueires e tá pagando até hoje. Se não pagar é pior, porque tá no nome do pai e tem que pagar. E não pode fazer nada nas ilhas, nem entrar lá. Só que todo ano vem o INCRA pra pagar (Dona SUELI, 48 anos).

A depoente não aceita a obrigação de os moradores pagarem o INCRA de uma área na qual não podem trabalhar. São obrigados a quitar dívidas com o Estado, porém este os impede de plantar e criar animais – de viver nesse local. A relação ambígua com a terra que por muitas décadas forneceu alimento e hoje fornece apenas dívidas, pode ser pensada por Tuan (1980).

[...] a minha área era de 18 alqueires, eu estou hoje com um hectare, e fui multado estes dias porque plantei. Multado em 2000 contos. E você não tem pra quem gritar (Sr. OTÁVIO, 66 anos).

A revolta do Sr. Otávio é grande. Quem plantou durante décadas nas ilhas, criou os filhos com os frutos deste trabalho, viveu da pesca em suas horas disponíveis e depois perde sua autonomia diante da nova legislação que altera a forma de uso da terra vê-se sem recursos políticos e legais para questionar a mudança. Os depoimentos do Sr. José apontam a inflexibilidade e a rudeza dos fiscais ambientais:

[...] esse negócio das ilhas, tiraram o povo na marra, corrido – baita sem-vergonhice. O meu pai tinha ilha aqui na frente. Quando é um dia chegou a polícia, era com ordem do promotor, invadiram, proibiram, quem teimasse era multado e tiveram que abandonar até a ilha. O meu pai com porco, plantação [...] deixou lá tudo abandonado. Acho que tem porco até hoje espatifado lá pelas ilhas. O Zé Pedro plantando uns pezinhos de mandioca, foram lá e multaram o homem em não sei quantas mil OFIR, por causa de um pé de mandioca na beira do clube pra poder comer. [...] fiscal chega a puxar o bigode de pescador até sair sangue, outro apanhar de mangueira. É uma barbaridade. E o pescador perdia tudo, a tralha, o peixe, apanhava e ainda saía correndo, entrando escondido no mato. Quando começo a contar fico revoltado... (Sr. JOSÉ, 55 anos).

São denúncias dos excessos das entidades fiscalizadoras que não compreendem a mudança ambiental (a transformação das terras em APAs) como mudança nos hábitos tradicionais. Certamente é grande a resistência à mudança de membros das comunidades tradicionais, principalmente os de idade avançada. Os fiscais agem dentro da lei, mas uma lei gestada fora da vivência dos ilhéus.

[...] querem que os coitados saiam de lá e venham tudo para a cidade. Se esse povo vier para a cidade vai ter que roubar, porque ninguém vai passar fome. E a pessoa que mora lá não é acostumado a fazer isso. E quem tem quatro filhos como é que faz? Tem que ter uma estrutura para eles virem

para a cidade. O pior que eles vão lá e fazem isso. Queriam meter multa em minha mãe porque ela tava muito “bocuda”. Minha mãe disse que - eu criei meus filhos tudo aqui e nunca ninguém veio aqui com desaforo, agora vocês tão vindo (Sr^a. ANA, 58 anos).

Os depoimentos da Sra. Ana mostra que os ex-ilhéus não acatam as novas práticas. Estes moradores ancoraram suas vidas na sua força direta de trabalho e, sem suas tradições, sem instrução escolar foram para uma cidade sem estrutura para recebê-los.

Sr. Beletato, ex-ilhéu, nesta fala aponta para a nova territorialização da cidade.

[...] o turista vem aqui, gosta, compra uma casa, outro compra um terreno, depois constrói, tem uma pessoa aí para cuidar. E o pescador, com o turista, também ganha. Geralmente o cara vem aqui e quer uma ceva, um lugar para pescar e vai procurar quem? – um pescador. O pescador sabe, conhece o melhor lugar de pescá (Sr. BELETATO, 55 anos).

O Sr. Toninho indica como seu trabalho muda com a freqüência do turista na cidade.

[...] no fim do ano, quando aumenta o número de turistas, os pescadores que pescam durante o ano, aí eles entram na função de barco de aluguel. Porque vivendo de barco de aluguel sou apenas eu e outro rapaz. No verão, daí a pesca fecha e aí aumenta, chega a ser 6, 7 barqueiro. [...] eu fiquei no rio porque meu pai saiu, ele se aposentou e eu entrei na vaga dele. Peguei os fregueses dele. Agora meu filho, já tá um rapazinho, se eu ficar ele não tem como ficar, ele tem que ir pra outro canto, pescaria não adianta. Deve ter uma meia dúzia que dependa só do peixe para viver. Eu estou de segunda a segunda na barranca do rio. [...] o turista vem aqui por causa das praias, final de ano. Tem prainha que chega a dar 700, 800 pessoas em cima da praia. E passeio de barco (Sr. TONINHO, 42 anos).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A percepção dos moradores entrevistados são acerca da exclusão dos ilhéus de suas terras e da atual circunstância da cidade, do lixo no rio e degradações ambientais, como da erosão dos barrancos. Pode-se afirmar que o signo com o qual os atores interagem é o rio. Para os moradores o rio/as ilhas são a natureza cultural e econômica de suas vidas.

Esta interação homem/natureza é a relação de sobrevivência física, social, cultural, econômica e política. Aí, os moradores concretizavam suas potencialidades para o trabalho e suas relações sócio-culturais como destaca Ferrara (1999). A terra, o rio e as ilhas são os signos dos moradores, pois são a parte substancial das suas vidas nas ilhas. A nova legislação quebrou estes signos quando fragmentou a forma de trabalho e com ela a auto-estima, segurança e dignidade.

Os moradores percebem-se como partes de uma história e de uma cultura que, após as instalações das usinas hidrelétricas, foram perdidas. As tradições de plantio e de manutenção de suas famílias foram retiradas de suas vidas e nada preencheu esta história. É uma nova história sem história. Além disso, pareceunos que há um sentimento de pertencimento à terra que está se diluindo à medida que foram afastados das ilhas e da cultura de plantio e de subsistência que, hoje, são práticas sociais consideradas criminosas pelas agências ambientais fiscalizadoras. De população tradicional com história de preservação e conhecimento etnobiológico, passaram a ser criminosos. Nesse sentido, presente e futuro são incertos.

As percepções dos moradores indicam as paisagens do rio Paraná e das ilhas como paisagens culturais de subsistência, de uso. Natureza é moradia e alimentação, mas não no sentido de sua espoliação. É uma natureza/cultura. O grupo de moradores vê a modificação do ambiente água, rio, peixes, como uma radical e negativa mudança, pois interferiu em seu modo de vida e na subsistência, além de arrancá-lo de sua história. Percebem-se, hoje, soltos na história de décadas em uma “terra metade água”.

Pode-se afirmar que, dentro dos limites do número de pessoas entrevistadas, a percepção da dinâmica ambiental indica uma segregação dos moradores. Ou seja, desdobra-se sobre suas dificuldades de sobrevivência em um rio profundamente modificado e de adaptação às novas normas ambientais. Pode-se afirmar que, enquanto para os moradores toda mudança das paisagens naturais locais está fundamentalmente ligada às suas vidas.

A exclusão da população tradicional do mapa das APAs não resulta senão em uma cômoda maneira de se fazer áreas de conservação. Pode-se pensar na realização de novos modos de viabilizar a existência destas populações por meio de

projetos de manejo ecológicos para os locais (plantio sem fogo, em áreas determinadas, sem agrotóxicos etc), projetos culturais (artesanato, trilhas etc).

A exclusão desses moradores se manifesta, conforme escreve Escorel (1995, p. 6 apud BONETI, 2003):

[...] no contexto social, pela fragilidade que se estabelece nas relações humanas; no contexto cultural, pela estigmatização simbólica e o descaso pelas representações sociais; no contexto humano pelo descaso à pessoa quando sem uma função social; e no contexto político pelo desrespeito aos direitos fundamentais do homem.

Estes ilhéus buscam apenas um espaço, um reconhecimento social, uma identidade. À medida que perde a identidade e o espaço social, torna-se um excluído. Essa exclusão, seguindo uma lógica de produção capitalista se dá, segundo Boneti (2003, p. 68), graças a uma ruptura de três principais vínculos: o econômico, que incentiva um crescimento sem limites – causa fundamental da exclusão; o social, que rompe com suas redes de aproximação entre as pessoas; e os vínculos simbólicos, que rompem as estruturas do imaginário, do valor imaginário do trabalho, da ascensão social. Como vimos, esta comunidade de ilhéus não se comporta como se de uma sociedade capitalista se tratasse.

Dessa forma, excluir significa colocar para fora dos parâmetros e normas que regem as relações sociais, não apenas marginalizar e sim desconsiderar a existência humana. Para Boneti (2003) excluir significa criar e perpetua condições sociais que tornam permanente o ato de morrer. Uma morte lenta, sem dignidade, insegura e excluída é o que o futuro reserva para os moradores ilhéus e ex-ilhéus da cidade de Porto Rico.

8 REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Angelo Antônio. **Impactos sócio-ambientais das grandes barragens na bacia do rio Paraná**. VI REUNIÃO ESPECIAL DA SBPC – Maringá – PR, 28 a 31 out. 1998. p. 102 – 105.

ARRUDA, Rinaldo S. V. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: DIEGUES, Antonio Carlos (ORG.). **Etnoconservação: Novos rumos para a conservação da natureza.** São Paulo: HUCITEC: NUPAUB-USP, 2000. p. 273-290.

BONETI, Lindomar Wessler. **O silêncio das águas: políticas públicas, meio ambiente e exclusão social.** 2.ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

DIEGUES, Antonio Carlos (ORG.). **Etnoconservação: Novos rumos para a conservação da natureza.** São Paulo: HUCITEC:NUPAUB-USP, 2000.

_____. **O mito moderno da natureza intocada.** 3.ed. São Paulo: HUCITEC, USP, 2001.

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. **Olhar Periférico: Informação, Linguagem, Percepção Ambiental.** 2 ed. São Paulo: Edusp. 1999.

GUHA, R. O biólogo autoritário e a arrogância do Anti-humanismo. In: DIEGUES, Antonio C. (ORG.). **Etnoconservação: Novos rumos para a conservação da natureza.** São Paulo: HUCITEC:NUPAUB-USP, 2000. p. 81-99.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. **Depoimentos e discursos: uma proposta de análise em pesquisa social.** Brasília, DF: Liber Livro Editora, 2005.

ROSA, Maria C. Processo de ocupação e situação atual. In: VAZZOLER, A. E. A. M.; AGOSTINHO, A. A.; HAHN, N. S. **A planície de inundação do alto rio Paraná: Aspectos físicos, biológicos e sócio-econômicos.** Ed. Da Universidade Estadual de Maringá, 1997. p. 371-394.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia: Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente.** São Paulo: Difel, 1980.